

# *Demonstrações Financeiras*

*1º sem 2018*

**PAN Administradora  
de Consórcio Ltda.**

# *Relatório da Administração*

*1º sem 2018*

**PAN Administradora  
de Consórcio Ltda.**

SENHORES ACIONISTAS,

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

## **CENÁRIO ATUAL**

A Pan Administradora de Consórcio Ltda. (“Pan Consórcio” ou “Administradora”) é uma empresa controlada pelo Banco Pan S.A. (“Banco”), que detém 99,99% de seu capital total. A Pan Consórcio é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

## **DESEMPENHO FINANCEIRO**

No 1º semestre de 2018, a receita de prestação de serviços foi de R\$ 14 milhões, estável em relação ao 2º semestre de 2017. O resultado bruto da Pan Consórcio foi de R\$ 1,5 milhões no 1º semestre de 2018, 17,3% menor em relação ao resultado bruto no 2º semestre de 2017.

A Pan Consórcio apresentou, no 1º semestre de 2018, um resultado líquido de R\$ 1.758 mil, comparável a um resultado líquido negativo de R\$ 582 mil no 2º semestre de 2017.

O patrimônio líquido em 30 de junho de 2018 atingiu R\$ 47 milhões.

## **AUDITORES INDEPENDENTES**

As informações financeiras da Administradora passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, no exercício de 2017 a Pan Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios da Administradora, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>5.713</b>	<b>4.908</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>8.068</b>	<b>9.516</b>
Disponibilidades		33	42	<b>Outras obrigações</b>		<b>8.068</b>	<b>9.516</b>
<b>Outros créditos</b>		<b>5.648</b>	<b>4.866</b>	Obrigações com grupos de consórcio	7.c	7.331	7.234
Diversos	6.b	5.648	4.866	Sociais e estatutárias		121	143
<b>Outros valores e bens</b>		<b>32</b>	<b>-</b>	Fiscais e previdenciárias	7.a	325	1.977
Despesas antecipadas		32	-	Diversas	7.b	291	162
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>61.708</b>	<b>60.157</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>12.734</b>	<b>10.713</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>7.702</b>	<b>7.827</b>	<b>Outras obrigações</b>		<b>12.734</b>	<b>10.713</b>
Aplicação em operações compromissadas	4	7.702	7.827	Obrigações com grupos de consórcio	7.c	775	809
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>40.677</b>	<b>36.478</b>	Fiscais e previdenciárias	7.a	898	-
Carteira própria	5	40.677	36.478	Diversas	7.b	11.061	9.904
<b>Outros créditos</b>		<b>13.329</b>	<b>15.852</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>46.826</b>	<b>45.068</b>
Créditos específicos	6.a	775	809	<b>Capital social</b>	9.a	<b>42.388</b>	<b>42.388</b>
Diversos	6.b	12.554	15.043	De domiciliados no País		42.388	42.388
<b>PERMANENTE</b>		<b>207</b>	<b>232</b>	Reserva de lucros		2.680	2.680
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	Lucros acumulados		1.758	-
Outras imobilizações de uso		-	38				
(-) Depreciações acumuladas		-	(38)				
<b>Intangível</b>	19	<b>207</b>	<b>232</b>				
Ativos intangíveis		829	829				
(-) Amortizações acumuladas		(622)	(597)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>67.628</b>	<b>65.297</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>67.628</b>	<b>65.297</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo líquido por cota)

	Nota explicativa	1º semestre 2018	2º semestre 2017
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.467</b>	<b>1.774</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.467	1.774
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.467</b>	<b>1.774</b>
<b>OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>1.189</b>	<b>(2.678)</b>
Receitas de prestação de serviços	10	13.932	14.067
Despesas de pessoal	11	(253)	(425)
Outras despesas administrativas	12	(8.669)	(9.826)
Despesas tributárias	13	(1.645)	(1.709)
Outras receitas operacionais	14.a	249	1.198
Outras despesas operacionais	14.b	(2.425)	(5.983)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO/PREJUÍZO</b>		<b>2.656</b>	<b>(904)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>15.a</b>	<b>(898)</b>	<b>322</b>
Provisão para imposto de renda		(655)	(397)
Provisão para contribuição social		(243)	(151)
Ativo fiscal diferido		-	870
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO</b>		<b>1.758</b>	<b>(582)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO POR COTA - EM R\$</b>		<b>0,04</b>	<b>(0,01)</b>
(Representado por 48.168.122 cotas em 30/06/2018 e 31/12/2017)			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de Lucros		Prejuízo/Lucro acumulado	Total
		Reserva legal	Reservas especiais de lucros		
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017</b>	<b>42.388</b>	<b>246</b>	<b>-</b>	<b>3.137</b>	<b>45.771</b>
Prejuízo	-	-	-	(582)	(582)
<b>Destinações:</b>					
Reserva Legal	-	128	-	(128)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	2.306	(2.306)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(121)	(121)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>42.388</b>	<b>374</b>	<b>2.306</b>	<b>-</b>	<b>45.068</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>42.388</b>	<b>374</b>	<b>2.306</b>	<b>-</b>	<b>45.068</b>
Lucro líquido	-	-	-	1.758	1.758
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018</b>	<b>42.388</b>	<b>374</b>	<b>2.306</b>	<b>1.758</b>	<b>46.826</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>1º semestre</u> <u>2018</u>	<u>2º semestre</u> <u>2017</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO</b>	<b>1.758</b>	<b>(582)</b>
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	25	24
Constituição de provisão para contingências	2.128	4.051
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	(870)
<b>Lucro/Prejuízo ajustado</b>	<b>3.911</b>	<b>2.623</b>
Variação de Ativos e Passivos:		
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	125	(688)
Aumento em títulos e valores mobiliários	(4.199)	(1.500)
Redução/(Aumento) em outros créditos	1.741	(150)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(32)	26
Redução em outras obrigações	(1.555)	(181)
<b>CAIXA LÍQUIDO (USADO) PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(9)</b>	<b>130</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Aplicações no intangível	-	(107)
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>(107)</b>
<b>(REDUÇÃO)/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(9)</b>	<b>23</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE</b>	<b>42</b>	<b>19</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE</b>	<b>33</b>	<b>42</b>

**INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE O FLUXO DE CAIXA**

Juros recebidos	106	143
-----------------	-----	-----

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO  
EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>197.140</b>	<b>190.914</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>197.140</b>	<b>190.914</b>
Disponibilidades		1	263	Obrigações com consorciados	36.759	35.091
Depósitos bancários		1	263	Valores a repassar	11.395	10.930
Aplicações financeiras	21	96.564	95.941	Obrigações por contemplações a entregar	72.694	71.330
Outros créditos		100.575	94.710	Obrigações com a administradora	31	43
Bens retomados		322	249	Recursos a devolver a consorciados	50.478	49.814
Direitos junto a consorciados contemplados		100.253	94.461	Recursos dos grupos	25.783	23.706
Normais		97.800	92.138			
Em atraso		1.434	1.181			
Em cobrança judicial		1.019	1.142			
<b>COMPENSAÇÃO</b>		<b>709.933</b>	<b>836.562</b>	<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>709.933</b>	<b>836.562</b>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		2.947	2.863	Recursos mensais a receber de consorciados	2.947	2.863
Contribuições devidas ao grupo		389.826	454.374	Obrigações do grupo por contribuições	389.826	454.374
Valor dos bens a contemplar		317.160	379.325	Bens a contemplar	317.160	379.325
<b>TOTAL DO ATIVO E COMPENSAÇÃO</b>		<b>907.073</b>	<b>1.027.476</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E COMPENSAÇÃO</b>	<b>907.073</b>	<b>1.027.476</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES  
DE GRUPOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Em milhares de reais - R\$)

	<b>1º semestre 2018</b>	<b>2º semestre 2017</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE</b>	<b>96.204</b>	<b>90.003</b>
Depósitos bancários	263	19
Aplicações financeiras	24.731	20.701
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	71.210	69.283
<b>(+) RECURSOS COLETADOS</b>	<b>41.301</b>	<b>41.141</b>
Contribuições para aquisição de bens	25.117	22.423
Taxa de administração	10.497	11.574
Contribuições ao fundo de reserva	901	1.273
Rendimento de aplicações financeiras	2.672	3.255
Multas e juros moratórios	89	112
Prêmios de seguro	651	766
Custas judiciais	9	9
Outros	1.365	1.729
<b>(-) RECURSOS UTILIZADOS</b>	<b>40.940</b>	<b>34.940</b>
Aquisição de bens	24.384	11.600
Taxa de administração	11.205	11.631
Multas e juros moratórios	42	63
Prêmios de seguro	376	340
Custas judiciais	6	13
Devolução a consorciados desligados	3.682	8.439
Outros	1.245	2.854
<b>DISPONIBILIDADES NO FINAL DO SEMESTRE</b>	<b>96.565</b>	<b>96.204</b>
Depósitos bancários	1	263
Aplicações financeiras	23.849	24.731
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	72.715	71.210

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Pan Administradora de Consórcio Ltda. (“Administradora”) é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. É uma empresa controlada pelo Banco PAN, tendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco PAN. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

## 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Administradora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, cujo os efeitos entraram em vigor a partir de 01/01/2016;
10. CPC 04 – Ativo Intangível - homologado pela Circular 3.818/16; e
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Circular 3.817/16.

As demonstrações financeiras, referentes ao semestre findo em 30/06/2018, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 03/08/2018.

## 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

### a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Administradora.

**b) Apuração do resultado:**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.

**c) Títulos e valores mobiliários:**

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

**d) Imobilizado:**

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na circular 3.817/16.

**e) Intangível:**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na circular 3.818/16.

**f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):**

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

**g) Obrigações:**

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta “Obrigações com grupos de consórcio” (nota 7c).

**h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

**i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):**

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

**j) Lucro por cota:**

O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações financeiras.

**k) Uso de estimativas contábeis:**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; e (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

**l) Eventos subsequentes:**

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos Órgãos de administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

**4) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

Papel / lastro da operação	30/06/2018			31/12/2017	
	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor justo (b)	Valor contábil	Valor justo (b)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	7.702	7.702	7.702	7.827	7.827
<b>Total</b>	<b>7.702</b>	<b>7.702</b>	<b>7.702</b>	<b>7.827</b>	<b>7.827</b>

**5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Papel / lastro da operação	30/06/2018			31/12/2017	
	De 1 a 3 anos	Valor contábil	Valor justo (b)	Valor contábil	Valor justo (b)
<b>Títulos disponíveis para venda</b>					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	40.677	40.677	40.677	36.478	36.478
<b>Total</b>	<b>40.677</b>	<b>40.677</b>	<b>40.677</b>	<b>36.478</b>	<b>36.478</b>

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI; e

(b) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

**6) OUTROS CRÉDITOS**

**a) Créditos específicos:**

	30/06/2018	31/12/2017
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	620	660
Bens retomados após encerramento	155	149
<b>Total (Nota 7c)</b>	<b>775</b>	<b>809</b>

**b) Diversos:**

	30/06/2018	31/12/2017
Depósitos e bloqueios judiciais	8.439	9.585
Créditos tributários (Nota 15b)	7.123	7.122
Empréstimos a grupos de consórcio	1.090	1.147
Impostos a compensar	966	1.598
Cotas de grupos de consórcio (a)	262	195
Outros créditos	137	145
Taxa de administração a receber	112	28
Outros valores a receber	73	89
<b>Total</b>	<b>18.202</b>	<b>19.909</b>

(a) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.

**7) OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**a) Fiscais e previdenciárias:**

	30/06/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	898	1.651
COFINS a recolher	210	201
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	52	40
PIS a recolher	45	41
Impostos contribuições sobre salários	11	23
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	7	21
<b>Total</b>	<b>1.223</b>	<b>1.977</b>

**b) Diversas:**

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão para passivos contingentes (Nota 8)	11.061	9.904
Provisão para pagamentos a efetuar	261	131
Valores a pagar a sociedades ligadas	7	8
Outros	23	23
<b>Total</b>	<b>11.352</b>	<b>10.066</b>

**c) Obrigações com grupos de consórcio:**

	30/06/2018	31/12/2017
Recursos não procurados – grupos (Nota 3g)	7.331	7.234
Recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial (Nota 6a)	775	809
<b>Total</b>	<b>8.106</b>	<b>8.043</b>

**8) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)**

**a) Provisões classificadas como perda provável:**

A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

**b) Processos trabalhistas:**

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

**c) Processos cíveis:**

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

**I - Provisões segregadas por natureza:**

	30/06/2018	31/12/2017
Processos cíveis	4.639	4.688
Processos trabalhistas	6.422	5.216
<b>Total (Nota 7b)</b>	<b>11.061</b>	<b>9.904</b>

**II - Movimentação das provisões:**

	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>4.688</b>	<b>5.216</b>	<b>9.904</b>
Baixas	(964)	(7)	(971)
Constituições líquidas de reversões	915	1.213	2.128
<b>Saldo em 30/06/2018</b>	<b>4.639</b>	<b>6.422</b>	<b>11.061</b>

**9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social:**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 42.388 em 30/06/2018 e 31/12/2017, e está representado por 48.168.122 cotas, no valor nominal de R\$ 0,88 cada uma.

**b) Reserva de lucros:**

Reserva legal – Nos termos do Contrato Social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

**c) Dividendos mínimos:**

Aos sócios é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

**10) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	1º Semestre de 2018	2º Semestre de 2017
Taxa de administração	12.023	12.047
Taxa de permanência	1.694	1.890
Taxas de serviços	215	130
<b>Total</b>	<b>13.932</b>	<b>14.067</b>

**11) DESPESAS DE PESSOAL**

	1º Semestre de 2018	2º Semestre de 2017
Proventos	162	240
Encargos sociais	55	89
Benefícios (nota 18)	36	96
<b>Total</b>	<b>253</b>	<b>425</b>

**12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	1º Semestre de 2018	2º Semestre de 2017
Serviço de cobrança	4.331	4.302
Comissões sobre venda de consórcio	3.289	4.524
Call Center	334	213
Aluguéis	192	192
Serviços técnicos especializados	141	195
Comunicações	105	29
Processamento de dados	21	63
Outras	256	308
<b>Total</b>	<b>8.669</b>	<b>9.826</b>

**13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	1º Semestre de 2018	2º Semestre de 2017
Contribuição à COFINS	1.126	1.178
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	279	281
Contribuição ao PIS	240	250
<b>Total</b>	<b>1.645</b>	<b>1.709</b>

**14) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

**a) Outras receitas operacionais:**

	1º Semestre de 2018	2º Semestre de 2017
Reversão de provisões operacionais	185	951
Recuperação de despesas	55	241
Variação monetária ativa	8	5
Outras	1	1
<b>Total</b>	<b>249</b>	<b>1.198</b>

**b) Outras despesas operacionais:**

	1º Semestre de 2018	2º Semestre de 2017
Constituição de provisões (Nota 8)	2.128	4.052
Atualização dos recursos dos grupos encerrados	277	1.915
Outras	20	16
<b>Total</b>	<b>2.425</b>	<b>5.983</b>

**15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:**

	1º Semestre de 2018	2º Semestre de 2017
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2.656</b>	<b>(904)</b>
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(903)	307
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Outros valores	5	15
<b>Despesa/Receita de imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>(898)</b>	<b>322</b>

**b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para contingências cíveis	1.594	413	(430)	1.577
Provisão para contingências trabalhistas	1.773	479	(68)	2.184
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>3.367</b>	<b>892</b>	<b>(498)</b>	<b>3.761</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.755	-	(393)	3.362
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>7.122</b>	<b>892</b>	<b>(891)</b>	<b>7.123</b>

**c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
------------------------	---------------------------------	-------

	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
2017	-	3.322	-	29	-	3.351
2018	869	45	334	1.007	1.203	1.052
2019	1.738	-	499	954	2.237	954
2020	781	-	725	1.108	1.506	1.108
2021	131	-	1.039	657	1.170	657
2022	130	-	765	-	895	-
2023	31	-	-	-	31	-
2024	81	-	-	-	81	-
<b>Total</b>	<b>3.761</b>	<b>3.367</b>	<b>3.362</b>	<b>3.755</b>	<b>7.123</b>	<b>7.122</b>

Em 30/06/2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 5.536 (R\$ 5.902 em 31/12/2017).

## 16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Grau de relação	Prazo máximo	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
			30/06/2018	31/12/2017	1º Semestre de 2018	2º Semestre de 2017
<b>Disponibilidades</b>						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	24	32	-	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de liquidez</b>						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	01/09/2021	7.702	7.827	244	225
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	10/06/2020	40.677	36.478	1.223	1.893
<b>Outras Obrigações</b>						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	(128)	(129)	-	-
<b>Outras Despesas Administrativas</b>						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	-	-	(188)	(308)

**17) LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA**

Ao longo de 2013 e 2014, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

A Pan Administradora de Consórcio Ltda., como parte integrante do Conglomerado Prudencial PAN, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco PAN. Em 30/06/2018 o Conglomerado Prudencial PAN apresentou o Índice de Basileia de 13,69%.

**18) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Administradora oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no semestre findo em 30/06/2018 R\$ 36 (R\$ 96 em 31/12/2017).

**19) OUTRAS INFORMAÇÕES**

O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento logiciais, com prazo de amortização de 5 anos, sendo seu valor residual em 30/06/2018 de R\$ 207 e R\$ 232 em 31/12/2017.

**20) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO****a) Aplicações financeiras:**

As aplicações financeiras são recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicadas seguindo as determinações do BACEN.

**b) Rendimentos de aplicações financeiras:**

Os rendimentos financeiros são apropriados mensalmente e proporcionalmente aos respectivos saldos diários de aplicações financeiras dos grupos de consórcio, sendo contabilizados na rubrica "Aplicações financeiras" em contrapartida às contas de "Obrigações por contemplações a entregar" e "Recursos dos grupos", no passivo.

**c) Direitos junto a consorciados contemplados:**

Os direitos perante os consorciados contemplados representam os valores a receber dos consorciados contemplados, correspondentes ao fundo comum.

**d) Obrigações com consorciados:**

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, e o fundo comum, a taxa de administração, o fundo de reserva e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

**e) Valores a repassar:**

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados de taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

**f) Recursos a devolver a consorciados:**

Os recursos a devolver a consorciados referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

**g) Previsão mensal de recursos a receber:**

A conta de compensação “Previsão mensal de recursos a receber de consorciados” representa o valor das contribuições a receber (fundo comum) dos consorciados ativos.

**h) Contribuições devidas ao grupo:**

A conta de compensação “Contribuições devidas ao grupo” representa a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

**i) Valor dos bens a contemplar:**

A conta de compensação “Valor dos bens a contemplar” representa o valor total dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

**j) Recursos coletados:**

Os recursos coletados representam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração é calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 20,0% (20,0% em 2017).

**k) Recursos utilizados:**

Os recursos utilizados representam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens, no pagamento da taxa de administração, nas despesas de seguros e nas devoluções a consorciados desligados.

**I) Informações complementares sobre os grupos em andamento:**

	Quantidade	
	30/06/2018	31/12/2017
Grupos administrados	24	25
Consorticiados ativos	4.779	5.211
Grupos constituídos no semestre	-	-
Grupos encerrados no semestre	1	1
Consorticiados contemplados	1.163	2.883
Consorticiados desistentes e excluídos – total	36.822	38.615
Consorticiados desistentes e excluídos no semestre	1.996	1.165
Consorticiados inadimplentes	382	392
Bens entregues no semestre	308	240
Bens pendentes de entrega – total	802	796
Bens pendentes de entrega no semestre	792	181
Taxa média de inadimplência dos consorticiados (a)	7,99%	7,52%

(a) Quantidade de consorticiados inadimplentes/consorticiados ativos.

**21) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – GRUPOS DE CONSÓRCIO**

	30/06/2018			31/12/2017
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	45.788	50.776	96.564	95.941
<b>Total</b>	<b>45.788</b>	<b>50.776</b>	<b>96.564</b>	<b>95.941</b>

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

**DIRETORIA**

**CONTADOR**

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

---

# ***Pan Administradora de Consórcio Ltda.***

***Demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2018  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Quotistas  
Pan Administradora de Consórcio Ltda.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Pan Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2018 e as variações nas disponibilidades de grupos do semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pan Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2018 e das variações nas disponibilidades de grupos do semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva  
Contador CRC 1SP197007/O-2